



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

73ª edição / Outubro de 2025

CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL



Foto: site Palmas

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou no dia 1º de outubro o Projeto de Lei 4476/2023, que define e regulamenta as moedas sociais, incluindo sua emissão e transações. A proposta foi elaborada com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes).

Pelo projeto, caberá ao MTE autorizar e certificar as entidades aptas a emitir moedas sociais.

Para isso, os bancos comunitários deverão estar inscritos no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), que submeterá a solicitação para avaliação por comissões estaduais e nacional para validação. O texto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, para aprovação no Senado. Caso haja alterações, a proposta retorna à Câmara.

Segundo o secretário Nacional de Economia Solidária, Gilberto Carvalho, a regulamentação trará mais segurança jurídica e financeira para quem utiliza esse sistema. "A regulamentação cria um marco jurídico, com reconhecimento por parte do governo brasileiro de que as moedas sociais são um potente instrumento de desenvolvimento e geração de riquezas nos territórios, sem afetar a moeda oficial. É importante porque reconhece o direito das comunidades de serem gestoras das riquezas dos seus territórios e abre espaço para o surgimento de novas iniciativas dentro da legislação vigente", explica Carvalho.

Joaquim Melo, coordenador-geral da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e Municipais, tem a expectativa de que o projeto será aprovado sem grandes obstáculos no Senado, já que foi construído em consenso com parlamentares, sociedade civil e governo federal. "Não se conseguiu aprovar antes uma proposta por falta de acordo", explica. Melo é fundador do Banco Palmas, o primeiro banco comunitário e criador da primeira moeda social do país, e atualmente atua como diretor da instituição.

Para ele, a proposta estabelece regras claras em relação a vários pontos, como o número máximo de contas que os bancos comunitários podem ter, critérios de conversão de moeda, investimentos e limite de taxas que podem ser cobradas. "A proposta é boa, traz avanços e segurança jurídica para que a rede de bancos comunitários possa planejar o futuro", afirma Melo.

Atualmente, o país conta com 152 bancos comunitários e 182 moedas sociais, das quais 160 estão em circulação.

Histórico

A primeira instituição bancária comunitária no Brasil é o Banco Palmas, e a primeira moeda social é a Palmas, criados em 1998 para atender o conjunto Palmeiras, localizado na periferia de Fortaleza, no Ceará.

Desde então, o Banco Palmas tem se destacado por oferecer microcrédito com juros acessíveis, estimulando o consumo dentro da própria comunidade e impulsionando a geração de emprego e renda.

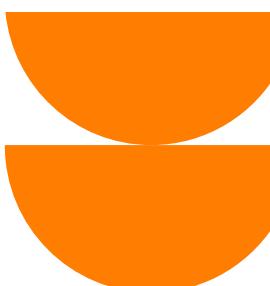
Com informações do site do MTE em

Câmara aprova Projeto de Lei que regulamenta moedas sociais no Brasil

Proposta estabelece regras para emissão, transações e certificação de bancos comunitários, garantindo segurança jurídica e fomentando desenvolvimento local

Ministério do Trabalho e Emprego

Conheça algumas moedas sociais no site do Banco Palmas em





PROGRAMA DE FORMAÇÃO **PAUL SINGER**

AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

ECONOMIA POPULAR E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

No dia 22 de setembro, aconteceu o Seminário Temático com o intuito de discutir o conceito da economia popular, destacando as principais destes com a economia solidária e a relação estratégica com a estratégia de formação e organização do Programa. A agenda aconteceu de forma online pelo canal de YouTube do MTE.

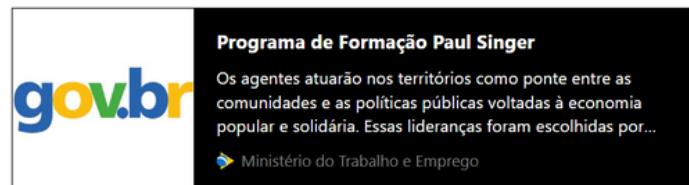
Na ocasião foram abordados os motivos e os objetivos políticos estratégicos que levaram a SENAES adotar esta linha, além de incorporar uma narrativa de experiência prática de um coletivo de economia popular que adota essa concepção, destacando as principais características e as diferenças e complementaridades com a economia solidária para facilitar a identificação destas práticas nos territórios pelos/as agentes.

Contribuíram com a atividade enquanto convidadas/os Lia Tiriba, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando na Linha de Pesquisa Trabalho-Educação. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e o economista, professor universitário e ex-deputado Federal, Davidson Magalhães.

Estes seminários têm dupla intencionalidade: introduzir temas antes do módulo presencial apontados no monitoramento da imersão territorial como necessário e aprofundar temas depois do módulo presencial, quando este não der conta de trabalhar suficientemente um determinado tema com a turma.

O primeiro Seminário Temático, realizado em 15 de setembro, tratou de esclarecer as novidades e o funcionamento do Cadsol aos AGEPS.

Acompanhe as agendas do Programa Paul Singer de Formação na página da Senaes no site do MTE em



Programa de Formação Paul Singer
Os agentes atuarão nos territórios como ponte entre as comunidades e as políticas públicas voltadas à economia popular e solidária. Essas lideranças foram escolhidas por...
Ministério do Trabalho e Emprego

PLANTÃO PEDAGÓGICO AOS AGEPS

A coordenação do Programa de Formação Paul Singer iniciou uma nova agenda para esclarecimento de dúvidas aos Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS). Desde o mês de setembro, os plantões pedagógicos tiveram grande participação em mais um momento de formação dos/as Agentes, que trazem dúvidas do território e do dia a dia do que é ser agente para esclarecimentos com a Equipe Nacional. Há troca de aprendizados, de experiências e ampliação de conhecimentos para todos que participam

O Programa de Formação Paul Singer foi lançado em 2024 e tem como missão fortalecer a economia popular e solidária no país. A iniciativa é coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), em parceria com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

SENAES/MTE VISITA MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONA EM AÇÃO INTERMINISTERIAL

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, participou de comitiva interministerial que visitou municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, com o objetivo de coletar informações e propor diretrizes para o Plano de Desenvolvimento da região. A ação faz parte do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) Jequitinhonha, que reúne 21 ministérios e oito instituições vinculadas, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Desde o dia 28 de setembro, a comitiva percorreu cidades como Diamantina, Araçuaí, Virgem da Lapa e Almenara, e concluiu as visitas dia 02 de outubro. A proposta da iniciativa é construir, com a participação da sociedade, um plano que valorize as riquezas econômicas, culturais e ambientais do território, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades para a população.

Representando a Senaes na agenda, a coordenadora-geral de Projetos, Vanderlúcia Simplício, acompanhou a comitiva e destacou a importância dessa ação para também divulgar ações de políticas públicas do governo federal nessas localidades. A região tem atuação de seis Agentes de Economia Popular e Solidária – AGEPS, e turmas formadas do Programa Manoel Quirino (PMQ), ambas políticas de economia popular e solidária.

As sugestões coletadas durante as visitas serão encaminhadas ao Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CIDR), vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). As atividades no Vale do Jequitinhonha tiveram início em março de 2024, marcando os primeiros diálogos com lideranças e comunidades locais.

O GTI está inserido no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e no Plano de Desenvolvimento Regional do MIDR), sendo resultado da atuação da Mesa de Diálogo Temática “Em torno da Mesa:

Diálogos Sobre a Mineração no Brasil”, conduzida pela Secretaria-Geral da Presidência da República.



Alunos do PMQ do Vale do Jequitinhonha –
Foto arquivo pessoal



Integrantes da Comitiva interministerial –
foto arquivo pessoal

Com informações do site da Sudene em

Sudene visita municípios do Vale do Jequitinhonha (MG) e contribui com a elaboração do Plano de Desenvolvimento da região

A agenda faz parte de uma ação da Comitiva Interministerial do GTI Jequitinhonha, da qual a Superintendência faz parte

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

CONTABILIDADE PARA AS INICIATIVAS ECONÔMICAS POPULARES E SOLIDÁRIAS

No dia 06 de outubro, o Programa Bancos da Democracia, da TV Atitude Popular, falou sobre Contabilidade para as iniciativas Econômicas Populares e Solidárias. Foram ouvidas a professora de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Flávia Pita, e professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Géssica Nunes, integrante da Rede Contar e da Repôs.

A proposta da entrevista foi de retomar o diálogo sobre o universo da contabilidade, reconhecendo a importância dos/as profissionais dessa área que podem contribuir para facilitar a gestão democrática e transparência nas práticas da Economia Solidária.

Assista ao programa no site da TV Atitude Popular em



CURSO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO DE COMUNS

CURSO Economia Solidária e Autogestão de Comuns

O curso é **gratuito**, **virtual**, aberto ao público e a quantidade de vagas é **ilimitada!** Vem com a gente!

Inscrições:
26 de setembro a 11 de outubro de 2025,
via catálogo de cursos da Unifesp.

Os concluintes receberão
certificado de participação no
curso de extensão da Unifesp!



Quer explorar novas formas de organizar a vida econômica e social, fundamentadas em cooperação, solidariedade e autogestão? As inscrições para o curso estão abertas até o dia 11 de outubro, com aulas quinzenais das 12h às 14h (em dias variados) e certificação de curso de extensão pela Unifesp. As vagas são ilimitadas e abertas a todos os interessados

 **SUA UNIFESP**
Superintendência de Tecnologia da Informação

Acesse
uaes.unifesp.br
para mais informações



MTE E MMULHERES FIRMAM PARCERIA PARA PROMOVER AUTONOMIA ECONÔMICA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério das Mulheres (MMulheres) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para implementar ações conjuntas voltadas às mulheres, com foco especial naquelas em situação de violência doméstica e familiar, visando à promoção de sua autonomia econômica. O acordo foi formalizado durante o encerramento da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada na quarta-feira (1º de outubro) no Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB).

O ministro em exercício do MTE, Chico Macena, destacou que o ACT vai estruturar políticas de qualificação profissional direcionadas a mulheres vítimas de violência e àquelas em situação de maior vulnerabilidade social. Ele ressaltou que a taxa de desemprego entre mulheres é de 6,9%, mas, entre mulheres negras, esse índice chega a 16%. "As mulheres vítimas de violência enfrentam ainda mais dificuldades para se inserir no mercado de trabalho", afirmou. Segundo Macena, o próximo passo será a elaboração de um Plano de Trabalho para a implementação do ACT.

Durante o encerramento, foram assinados ainda outros ACTs para fortalecer políticas públicas voltadas às mulheres, além do lançamento de cartilhas e da aprovação do relatório final. "A luta não termina nunca. Precisamos construir, não apenas o Brasil, mas toda a América Latina e o Caribe — um mundo de paz, onde a Palestina seja livre, um mundo sem guerra. Um mundo em que as mulheres se sintam livres e não sofram qualquer tipo de violência", enfatizou a ministra.

O ACT entre o MTE e o MMulheres prevê a implementação de ações para garantir o direcionamento preferencial de vagas oferecidas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) às mulheres, com prioridade para aquelas em situação de violência doméstica e familiar, utilizando os dados fornecidos pelo Ministério das Mulheres.

Com isso, o MTE cumpre a Lei 14.542/2023, sancionada em abril de 2023, que reserva 10% das vagas do Sine para esse público. Além disso, o ministério realizará campanhas públicas para informar as mulheres sobre seu direito à prioridade e promoverá ações de conscientização sobre a autonomia econômica como forma de prevenção à violência.

O MTE promoverá ações para ampliar a qualificação profissional das mulheres, garantindo acesso ou reserva de vagas em cursos gratuitos oferecidos pelo Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional (PMQ), pela Escola do Trabalhador 4.0, pelo Sistema S e por programas similares. Além disso, o ministério acompanhará a execução dessas iniciativas, consolidando dados sobre formação profissional, acesso ao emprego, trabalho e renda das mulheres, com atenção especial às vítimas de violência doméstica e familiar.

Com informações do site do MTE em



MTE e MMulheres firmam parceria para promover autonomia econômica de mulheres vítimas de violência

Acordo de Cooperação Técnica garante prioridade em vagas do Sine, cursos de qualificação profissional e políticas integradas de proteção social para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Ministério do Trabalho e Emprego

CONVITE PARA MOVIMENTOS SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL



O Território Mídia Brasil (TMB) convida MOVIMENTOS SOCIAIS para a oficina Território na Faixa, atividade pensada para transmitir o saber e a tecnologia na confecção de faixas gigantes, com Sato do Brasil.

São 30 vagas e as inscrições devem ser feitas aqui

Inscrição para a Oficina "Território na Faixa" no RS - Território Mídias Brasil

O TMB convida Movimentos Sociais para a oficina Território na Faixa, atividade pensada para transmitir o saber e a tecnologia na confecção de faixas gigantes, com Sato do Brasil.

Data: 18 de outubro

Horário: Das 9h às 12h

Almoço de Confraternização: Das 12h00 às 13h30

Local: Associação Amigos do Cabo Rocha

Rua Prof. Freitas e Castro 179 - Azenha

A oficina Território na Faixa é uma novidade desta edição, uma ação inédita pensada e criada para o fortalecimento dos movimentos sociais.

Reforçando que cartazes e faixas são ferramentas de comunicação visual muito potentes para quem tem as ruas como local de luta e resistência.

A produção da faixa gigante será orientada por Fernando Sato, também conhecido como Sato do Brasil, comunicador popular no TMB em São Paulo, com trajetória marcada e reconhecida pela atuação e contribuição valiosa na comunicação e na arte.

Sato do Brasil - diretor de arte, designer gráfico, cenógrafo, fotógrafo, ilustrador, jornalista e sushiman. Integrante dos coletivos Jornalistas Livres, Fotógrafos e Fotógrafas pela Democracia, Casadalapa, Frente 3 de Fevereiro, Birico.Arte, Nós Artivistas, Aparelhamento, e Ocupe a Mídia. Seus ambientes vão da fotografia, teatro, cinema, jornalismo, animação, sinalização, arte-educação, até a diagramação de livros e grafites, stencils e lambe-lambes. Nasceu no Rio de Janeiro pra lá do túnel e cresceu na ZN de São Paulo, onde a cidade acaba. Hoje vive na rua e no mundo.

Uma importante parceria acontece nesta ação com o Favela UFRGS, coletivo recém-criado por estudantes da UFRGS para unir os acadêmicos periféricos e garantir os mesmos espaços e oportunidades para os que mais precisam de colaboração. O Favela UFRGS tem como missão levar a cultura e as vivências da periferia para dentro da universidade.

Para este encontro, o TMB contou também com a parceria do André de Jesus, da TV Restinga, que participou não só da criação do formato do evento como também indicou o Maicon Martins para compor a equipe de comunicadores populares do TMB, ao que somos muito gratos e comemoramos.

CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Com o intuito de aperfeiçoar nossa lista de transmissão e envio do Boletim por mensagem eletrônica, gostaríamos de saber sua experiência em receber nossas notícias.

Para tanto, precisamos que você envie mensagem contando se tem ou já teve dificuldades em receber o Boletim, seja por telefone ou e-mail.

Na mesma mensagem você pode nos enviar dúvidas, críticas e sugestões para melhorar nosso informe semanal.

Para você ter acesso às edições do Boletim Semanal da Senaes, basta clicar [aqui](#)



Mande sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para
comunicação.senaes@trabalho.gov.br
que ficaremos felizes em responder. Obrigada 😊

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833